

RADICALIZAR A GREVE COM OS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA PARA CONQUISTAR AS REIVINDICAÇÕES DA CLASSE



**UNIDADE
INDEPENDENTE
CLASSISTA e
COMBATIVA**

Após duas semanas de greve dos trabalhadores da Educação municipal, observamos que a greve do conjunto do funcionalismo contribuiu para impulsionar o crescimento da greve na Educação, apesar da política divisionista da burocracia do SINPEEM e seus seguidores, bem como das correntes de oposição que se subordinam às suas decisões. Os trabalhadores compreenderam a importância da unidade na luta para enfrentar as ofensivas do governo e impor nossas reivindicações.

A assembleia do dia 19 de março demonstrou a enorme disposição de luta do funcionalismo municipal, como resultado da intervenção dos comandos de greve nas escolas, nas unidades de saúde (UBS, SAE, hospitais, UVIs), nos CRAS, nas subprefeituras, dentre outras unidades. No entanto, é necessário apontar que as mesmas direções sindicais (COEDUC), que trabalharam desde o início da greve contra a unidade do funcionalismo em função de uma política corporativista, na assembleia do dia 19 impuseram um calendário de luta completamente subordinado a pressão parlamentar, limitando as vigílias na câmara de vereadores.

Nós, da UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA, distribuímos nessa assembleia um boletim defendendo a ocupação das grandes avenidas de São Paulo para dar visibilidade a greve, além de organizarmos outras ações radicalizadas (com piquetes, intervenções públicas e grandes manifestações de rua) para derrotar Nunes/MDB, porém as direções da COEDUC (no caso do SINPEEM direção majoritária e minoritária) colocaram em votação seu encaminhamento de continuidade da greve restrita a pressão parlamentar sem perguntar se a base da categoria, bem como as demais forças políticas que atuam no sindicato, tinham encaminhamento diferente. Significa dizer, que as direções que compõem a COEDUC, não apenas apostaram no divisionismo como impuseram ao movimento grevista da educação uma ação pacifista em torno da Câmara, caminho que já conhecemos bem, pois só tem nos levado a derrota.

O ato em SME foi uma concessão às exigências da categoria de pautar não

apenas o arrocho salarial, mas de que essa é uma luta contra a precarização do trabalho, consequência das terceirizações e privatizações no serviço público, pautas que a burocracia tenta secundarizar para não reconhecer a necessidade da luta unitária do conjunto do funcionalismo que sofre com as mesmas manifestações de piora das condições de trabalho, e que tem levado a uma situação alarmante de adoecimento. Essa secundarização das reivindicações sobre as condições de trabalho, por parte das direções, estão relacionadas aos seus interesses eleitoreiros, já que logo mais estarão submetidos ao circo eleitoral e, se eleitos, também não irão se chocar com o capital financeiro se contrapondo as privatizações e terceirizações.

Portanto, é necessário corrigir o curso da luta, combatendo a subordinação ao calendário parlamentar e impulsionando a greve por meio da ação direta dos trabalhadores. Continuar exigindo o atendimento a pauta de reajuste salarial e de melhorias das condições de trabalho, que passa primeiramente pela ampliação do quadro de pessoal nas escolas e demais unidades do serviço público, por meio da efetivação de todos os trabalhadores contratados com garantia de estabilidade, isonomia salarial e de direitos. **Radicalizar a greve com os métodos da ação direta e criar as condições da luta unitária desde as bases. Na próxima assembleia do dia 26/03, não aceitar ficar prostrado em frente a câmara acompanhando passivamente a votação do PL 155, ocupar a Avenida 23 de maio para exigir que nossas reivindicações sejam atendidas.**

Defendemos:

- *A mais ampla unidade do funcionalismo em luta*
- *Garantia de emprego com efetivação e estabilidade a todos*
- *Reajuste real dos salários com incorporação imediata dos 39% de abono complementar*
- *Fim da política de subsídios aos salários*
- *Fim da política de terceirização e privatização na educação e demais serviços públicos*
- *Pela revogação do decreto 62.555/2022, que ataca o direito as férias*
- *Fim do confisco de 14% aos aposentados*

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



INDEPENDENTES